

O inimigo interno na transição democrática: monitoramento e construção da ameaça nos Relatórios Periódicos do CIE (1985-1991)

Lorena de Freitas Fernandes Pereira ¹

Resumo: Com o fim da ditadura militar brasileira, a comunidade de informações criada e aprimorada pelos militares ao longo de 21 anos precisou se adaptar ao novo cenário político. Com base na análise do conjunto documental de Relatórios Periódicos produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) entre 1985 e 1991, uma nova perspectiva sobre as atividades realizadas pelo órgão se apresenta. Mesmo durante o período democrático, o monitoramento persistiu: movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e disputas de poder no Congresso Nacional permaneceram como alvos. Esta comunicação busca apresentar os principais focos de monitoramento do CIE entre 1985 e 1991, bem como os comentários produzidos e difundidos nos quadros militares, com foco para as análises sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, interesses militares e as relações do Exército com a mídia.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Centro de Informações do Exército; Transição democrática; Sistema de Informações.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Desenvolve com bolsa CAPES a pesquisa “Do relatório ao Parlamento: ambições do Centro de Informações do Exército durante a transição política e seus desdobramentos”, sob orientação da Prof^a. Dra. Mariana Joffily. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1169-7183>. E-mail: loredeffpereira2014@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6337294283041192>

The Internal Enemy in the Democratic Transition: Surveillance and the Construction of Threat in the CIE Periodic Reports (1985–1991)

Abstract: With the end of the Brazilian military dictatorship, the intelligence community created and refined by the military over 21 years had to adapt to a new political context. Based on the analysis of a body of Periodic Reports produced by the Army Intelligence Center (CIE) between 1985 and 1991, a new perspective on the agency's activities emerges. Even during the democratic period, surveillance persisted: social movements, left-wing political parties, and power struggles within the National Congress remained key targets. This paper aims to present the main focuses of CIE monitoring between 1985 and 1991, as well as the commentaries produced and circulated within the ranks of the Armed Forces, with particular attention to analyses of the 1988 National Constituent Assembly, military interests, and the Army's relations with the media.

Keywords: Military Dictatorship; Army Information Center; Democratic transition; Information System.

Introdução

Períodos de transição política tendem a buscar rupturas com as tradições sociais, econômicas e culturais do sistema a ser superado. No caso da ditadura militar brasileira, uma das questões mais latentes se relacionava à Doutrina de Segurança Nacional e o sistema de informações e vigilância construído ao longo dos anos. Com o objetivo de monitorar e combater organizações consideradas subversivas, ou seja, aquelas contrárias ao regime e ligadas às esquerdas, um complexo aparato repressivo foi criado, articulando diferentes esferas, com destaque para a militar, civil e empresarial. Dentre os órgãos criados se destacou o Centro de Informações do Exército (CIE), autor de uma série de Relatórios Periódicos, com exemplares difundidos para diversos setores das Forças Armadas. Ao contrário das expectativas relacionadas ao conceito de ruptura, mesmo durante o período democrático, os relatórios continuaram a ser produzidos, monitorando atividades de partidos de esquerda, movimentos estudantis e religiosos, greves, entre outros.

A partir disso, este artigo tem por objetivo identificar, no recorte temporal entre os anos de 1985 e 1991, os principais elementos da narrativa elaborada nos relatórios do CIE em relação às diferentes ameaças identificadas no período de transição política. Dentre os principais alvos se destacam os movimentos favoráveis à abertura da Assembleia Nacional Constituinte e sua posterior consolidação, interesses militares no processo político e análises sobre a relação das Forças Armadas com os assim denominados Meios de Comunicação Social (MCS), a mídia tradicional, mas também na mídia alternativa, chamada “imprensa nanica”.

Os Relatórios Periódicos, que operaram como uma espécie de “jornal” da caserna, foram uma das bases para a consolidação do pensamento militar nas últimas décadas, servindo como fonte para a elaboração do “ORVIL”, anagrama de

“livro”; material este que circulou entre os militares e grupos de extrema-direita, influenciando os caminhos da democracia brasileira nos últimos anos.

Relatórios: estrutura e difusão

Escritos entre a década de 1970 e o começo da década de 1990, os Relatórios Periódicos Mensais possuíam objetivos e considerações diretas, impressas nas primeiras páginas de cada edição: (i) difundir informações relacionadas com a defesa interna; (ii) fazer chegar informações aos comandantes das organizações militares com maior rapidez, facilitando a sua ação de comando e orientação dos subordinados; (iii) linguagem acessível para atingir o maior número possível de usuários. Os três pontos elencados se referem às expectativas em relação aos usos dos relatórios, desde a acessibilidade à aplicação e assimilação das informações transmitidas, utilizadas na tomada de decisões cotidianas.

O compromisso com a disseminação de informações se contra expresso no Relatório Periódico Mensal de agosto de 1990, no editorial intitulado “O Militar e o Sistema de Informações do Exército”. O texto trabalha a centralidade do CIE como um órgão central nos quadros do Sistema de Informações do Exército (SIE), responsável não apenas por orientar os mais diversos setores das Forças Armadas, mas principalmente assessorar o Ministro do Exército na condução dos assuntos de interesse do seu gabinete.

Com o passar dos anos, os relatórios seguiram, ao longo de mais de duas décadas, uma estrutura fixa. As informações eram divididas em quatro campos: econômico, militar, político e psicossocial. O primeiro e o segundo tratavam de assuntos rotineiros, tais como projeções para a economia, furto de armamentos e demais questões relativas ao cotidiano na caserna. O campo político, como o nome indica, se dedicava a dissertar sobre os principais assuntos relativos à governança, as atividades desenvolvidas no Congresso Nacional e nos governos

estaduais. Nesta sessão foi discutida a Assembleia Nacional Constituinte, eleições estaduais e presidenciais. O campo psicossocial, por fim, era o de maior extensão. Se dedicava a compartilhar informações sobre reuniões de organizações sociais, religiosas e estudantis de esquerda. O processo de destrinchar as temáticas variava com base nas demandas e eventos de maior destaque no período, objetivando não apenas manter o leitor atualizado, mas apresentar a perspectiva da instituição, considerada a correta.

Para além das sessões mencionadas, os Relatórios Periódicos poderiam contar com adições ao texto padrão, também divididas em quatro: anexo, apreciação, destaque e editorial; nesta análise o destaque será para os anexos e editoriais. Entre os anos de 1985 e 1988 predominaram os anexos; como o nome sugere, apareciam ao fim dos relatórios para trabalhar assuntos adicionais, que não entraram na linha política ou psicossocial. Em suma, os anexos realizavam mapeamentos de atores sociais vistos como ameaças. Receberam destaque no campo político o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no campo sindical, Movimento Sem Terra (MST), Igreja progressista, com foco na teologia da libertação e casos de violência associados às esquerdas.

Entre os anos de 1989 e 1991, não por acaso, o predomínio foi dos editoriais. Em fevereiro de 1989 houve uma reformulação dos relatórios, encabeçada pelo então chefe do CIE General de Brigada Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, à época um dos nomes mais influentes nos quadros das Forças Armadas. O general se dedicou a estudar o pensador marxista Antonio Gramsci e o uso de suas teorias pela “nova esquerda”, que supostamente trabalhava para conquistar as instituiçõesⁱ. Mais tarde, esse tipo de pensamento seria intitulado e popularizado pela extrema-direita e setores das Forças Armadas como “marxismo cultural”,

demonstrando as continuidades e desdobramentos do pensamento militar ao longo dos anos.

Retomando os editoriais, numerosos entre 1989 e 1991 sob a influência de Coutinho e seus sucessores Ary dos Santos e Luís Antônio Rodrigues Mendes Ribeiro, o tom dos relatórios mudou. Ao contrário dos anexos, que transmitiam dados de forma “crua” sobre as organizações monitoradas, os editoriais traziam opiniões e juízos de valor, espelhando editoriais jornalísticos. O marxismo se apresentava como tema central, trabalhado por capilaridades diversas: comunismo, trotskismo, o futuro do socialismo, entre outros.

Os tópicos a seguir exploram a perspectiva dos relatórios e do CIE por meio dos quatro principais campos (militar, econômico, político, psicossocial) e seus auxiliares, anexos e editoriais, que buscaram traduzir ideologicamente os principais eventos do período para as organizações militares.

Expectativas sobre a Assembleia Nacional Constituinte e o futuro das Forças Armadas (1986-1988)

Antecipando a elaboração da Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1986, os relatórios do CIE se dedicavam a discutir os parlamentares que seriam eleitos naquele mesmo ano. Visando as discussões em torno da elaboração da nova Constituição, estimativas eram feitas sobre o perfil dos membros das casas legislativas que seriam eleitos e o impacto de suas orientações ideológicas na nova Carta Magna. A partir disso, havia grande preocupação quanto a candidatos de esquerda e extrema esquerda, na redação associados ao marxismo. Projeções feitas pelos militares sobre a orientação ideológica dos candidatos indicavam, no entanto, que um número irrisório de futuros parlamentares tidos como marxistas seriam eleitos. Apesar disso, a possibilidade de acordos feitos por meio da tática de frente ampla poderia aumentar a influência do bloco de esquerda. O

movimento, segundo os relatórios, seria preocupante, pois naquele momento o Congresso carecia de líderes entre a ala conservadora. As preocupações do órgão sobre a composição do novo cenário político que se abre exprime a vontade de dar continuidade aos projetos políticos realizados durante o período ditatorial, na contramão dos grupos subversivos combatidos nas ruas, que, naquele momento, poderiam angariar algum poder político.

Com as eleições para o Congresso concluídas, já no Relatório Periódico Mensal de dezembro de 1986 os parlamentares eleitos foram classificados em três grupos distintos: conservadores, moderados e progressistas. O grupo moderado era considerado alinhado do antigo regime e propunha manter dar continuidade aos projetos militares; moderados eram aqueles que não possuíam ligações com movimentos de esquerda; progressistas, por fim, estavam alinhados com partidos e movimentos sociais de esquerda. O cenário de separação entre grupos confiáveis e outros vistos com desconfiança justificou a continuidade da lógica de monitoramento do sistema de informações da ditadura militar no período democrático. A frequente associação dos grupos de esquerda a uma ameaça a ser combatida ou que poria em risco o Brasil construído pelos militares ao longo de 21 anos foi a semente de disputas que ainda hoje não cessaram, enraizadas em discursos institucionais, no caso, os relatórios.

Seis meses depois do relatório sobre os parlamentares, em junho de 1987, as atenções estavam completamente voltadas para os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte já formada. Os campos político e psicossocial estavam repletos de análises e especulações sobre o desenvolvimento da nova Constituição, influenciado pela orientação ideológica dos parlamentares. Os membros eleitos de esquerda seriam, segundo os relatórios, a ala de esquerda do PMDB e PT, PCB e PCdoB, partidos que ganharam destaque nas análises. Embora em número reduzido, era considerada preocupante a possibilidade de infiltração

dos parlamentares nas decisões basilares da Assembleia Nacional Constituinte por meio de cargos de relatores em comissões, funções repletas de disputas ideológicas. A importância das discussões sobre a Assembleia se daria pelos seguintes motivos:

Os trabalhos da Constituinte serão obviamente o fato político mais importante da conjuntura nacional. Seus reflexos far-se-ão sentir em todos os Campos do Poder e, por afetar interesses de grupos e pessoas, provocarão atuação de fortes grupos de pressão sobre os parlamentares que estarão elaborando o texto da futura Carta Magna. [...] De qualquer forma, o Governo verá iniciarem - se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte com maioria aritmética a seu favor. Contudo, não poderá olvidar os trabalhos paralelos, inclusive com o apoio de governadores e líderes políticos regionais, que, por tradição da política brasileira, exercem forte influência sobre as bancadas estaduais. Qualquer descuido poderá ser fatal, pois estarão em discussão, além do próprio mandato presidencial, o delineamento das atribuições de instituições – entre elas as Forças Armadas – e a definição do regime brasileiro em seus aspectos social, político e econômicoⁱⁱ.

Mesmo com a “vantagem aritmética” apontada pelos militares, os perigos da interferência das esquerdas ainda são considerados uma ameaça real para a Assembleia, vista como o “fato político mais importante da conjuntura nacional”. O grau de importância conferido se evidencia não apenas pelo já mencionado esforço de manutenção da orientação política conservadora construída durante a ditadura, mas também por sua interferência em temas relacionados às funções das Forças Armadas. A frase “qualquer descuido poderá ser fatal” evidencia a gravidade atribuída à situação nos relatórios do CIE, marcada pelo temor de que as esquerdas viessem a assumir um papel relevante na política. O receio em relação às atribuições das Forças Armadas também revela as incertezas diante do

período democrático que se inicia, assim como em relação ao futuro do país de forma mais ampla.

O alerta para “trabalhos paralelos” sugere que, mesmo com a eleição de uma maioria conservadora e moderada, a situação na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso poderia, de alguma forma, se tornar fora de controle. A menção ao apoio de governadores e lideranças políticas regionais indica o reconhecimento de que a dinâmica política não se restringia a Brasília, mas que os grupos de oposição vinham se rearticulando em diferentes partes do país, buscando recuperar o espaço político perdido ao longo dos anos de chumbo. O alerta feito pelos militares evidencia que mesmo num cenário favorável à instituição, a cautela se faz necessária para a manutenção do *status quo*.

As questões de interesse militar se encontram também mencionadas em diversas edições dos relatórios. Em janeiro de 1988 os interesses das Forças Armadas são trabalhados na Comissão de Sistematização, que tratava de seis diferentes assuntos: (i) missão, (ii) anistia, (iii) Polícias Militares (iv), (v) Justiça Militar e (vi) voto de Cb/Sd. A discussão sobre a missão das Forças Armadas se refere à definição constitucional do papel dos militares no novo contexto político. Definir a “missão” significava limitar (ou não) o poder político militar e redefinir a posição do grupo na hierarquia de poder. As questões sobre anistia faziam referência a manter o que havia sido definido em 1979, buscando impedir a responsabilização dos agentes do Estado por violações aos Direitos Humanos, no contexto em que depoimentos de vítimas vinham à tona. Sobre subordinação, discutir o destino da Polícia e Justiça Militar implicava as disputas em torno da subordinação às atribuições e aos limites de atuação desses instrumentos no controle da ordem interna. Há receio da perda de controle sobre esses campos e a redefinição de suas atribuições no cenário democrático. Por fim, ainda que a candidatura de cabos e soldados encontrasse limites institucionais, sua menção

nos relatórios indica a preocupação com a possível politização da base da tropa, bem como com o surgimento de lideranças capazes de tensionar os princípios de hierarquia e disciplina no interior das Forças Armadas.

O monitoramento dessas questões demonstra uma mudança na abordagem militar em relação a temas que lhes são caros. Questões antes resolvidas por meio de Atos Institucionais, prisões arbitrárias e torturas são trabalhadas no campo das negociações, fruto da redemocratização. Por meio da bancada conservadora e moderada puderam garantir suas pautas no Congresso.

Meios de Comunicação e combate à desinformação

A partir de 1989, com a mencionada reformulação dos relatórios encabeçada pelo então chefe do Centro de Informações do Exército Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, os Meios de Comunicação Social (MCS) se tornaram um assunto frequente, como expresso no relatório de outubro de 1989:

O Sistema de Comunicações implantado no Brasil, dotado de expressiva sofisticação tecnológica, vem imprimindo incrível velocidade ao trânsito das informações, criando condições para que se realize um verdadeiro bombardeio de mensagens nos lares pela Mídia, sem que ao menos os indivíduos receptores tenham tempo para questionar o que lhes é apresentadoⁱⁱⁱ.

Os comentários feitos sobre os Movimentos de Comunicação Social recaem principalmente sobre a televisão, rádio e jornais. Os relatórios contam com dados sobre a abrangência de diferentes canais de comunicação televisivos e rádios nos municípios brasileiros, bem como a quantidade de famílias que possuíam televisores e exemplares de jornais vendidos todos os dias. Durante as análises, impera a ideia de que, por meio dos veículos de comunicação, mensagens subversivas seriam enviadas por “técnicas encobertas que caracterizam a desinformação”^{iv}. A partir disso, os comandantes militares ganham destaque por

serem as figuras à frente das organizações militares, capazes de representar a Instituição por estarem melhor informados. O comandante teria acesso ao conhecimento por meio de materiais produzidos pelo Exército, sendo os relatórios a principal fonte. Fortalecer o comando e orientar as tropas se torna o objetivo principal.

Mesmo pesquisas e análises sobre a recepção dos relatórios foram aplicadas entre os membros das Forças Armadas. O relatório de março de 1990 exhibe uma pesquisa de opinião realizada no ano anterior, com dados interessantes: mesmo sendo um dos menores campos (junto do econômico), o campo militar é o de maior interesse dos leitores, não o político e psicossocial. 78% dos entrevistados julgaram que a reformulação executada nos relatórios foi positiva, e grande parte das leituras são feitas individualmente ou em grupo, de forma comentada^v.

É notório que a forma conferida à elaboração de um discurso influencia a opinião do receptor. Nesse sentido, o grande interesse do Centro de Informações do Exército em monitorar a mídia no período de redemocratização se dá pelo borbulhar de iniciativas que surgiram para denunciar as graves violações dos direitos humanos, buscando blindar a opinião das tropas contra os “ataques”, como registrado nos relatórios, direcionadas ao Exército. Sobre os debates relacionados à construção da memória e do passado ditatorial na década de 1980, sabe-se que:

Transições políticas determinam esferas públicas singulares, em que narrativas antes silenciadas podem ganhar a luz, gerando novos sentidos e relatos. Tais momentos de mudança institucional são importantes para a memória por vários motivos, entre os quais se destacam as alterações propiciadas na relação entre Estado e sociedade, em face das tensões que permeiam a construção do legado do regime anterior e seu sentido^{vi}.

A publicação do relatório do *Projeto Brasil Nunca Mais* em 1985 se configurou como um dos atos basilares para a construção de uma memória de resistência e futura responsabilização dos agentes de Estado envolvidos com os crimes cometidos durante a ditadura. Nos dois anos seguintes à sua publicação, foi o livro mais vendido no Brasil^{vii}.

No período há também embates em torno da imprensa alternativa e a imprensa nanica, onde destacam-se o *Pasquim*, *Resistência*, *Opinião*, entre outros. O CIE não atuou apenas no campo semântico e da censura para combater a imprensa. Como mencionado por meio de matéria do jornal *Estado de S. Paulo* em abril de 1979, havia um plano de combate do CIE à imprensa nanica ou alternativa por uma série de medidas, como pressões financeiras e administrativas e proibição de colaborações econômicas, minando o funcionamento dos jornais^{viii}.

Percebe-se o grau de importância conferido pela instituição militar em relação à mídia e sua influência não só no imaginário da população civil, mas entre os membros das Forças Armadas. Nesse sentido, o controle e o monitoramento da imprensa não se limitavam à contenção de narrativas no espaço público, mas integravam uma estratégia mais ampla de gestão da informação e de formação de percepções, tanto no âmbito civil quanto no interior das próprias Forças Armadas. Ao buscar restringir a atuação da imprensa alternativa e controlar os fluxos informacionais, o CIE atuava diretamente na construção de enquadramentos sobre a realidade política, reforçando determinadas interpretações e silenciando outras. Tal movimento evidencia não apenas a centralidade atribuída à mídia, mas também o reconhecimento de seu potencial como espaço de disputa simbólica, fundamental para a consolidação de determinadas leituras sobre o passado recente e o presente em transformação.

Considerações

Os Relatórios Periódicos Mensais servem de amostra para compreender as distensões e permanências no campo do monitoramento e obtenção de informações de organizações de esquerda, ainda denominadas “subversivas” no período democrático. A escrita dos relatórios tinha por objetivo não apenas disseminar as informações de forma passiva, mas homogeneizar o pensamento na caserna. A abordagem das esquerdas, em particular, deveria ser difundida de forma ampla, com o intuito de impedir a incorporação de ideologias divergentes daquelas promovidas durante a ditadura.

Para além dos relatórios, o contexto da década de 1980 foi também da elaboração do *ORVIL*, anagrama de “LIVRO”. O material, criado no ano de 1984, durante o governo de João Batista Figueiredo, havia sido escrito em resposta ao *Projeto Brasil Nunca Mais*, trazendo a perspectiva militar. Seu objetivo era trazer uma contraproposta aos depoimentos das vítimas. A memória produzida pelos chamados “subversivos” era considerada, pelo Centro de Informações do Exército, marcada por “falácias” e “distorções”, devendo ser corrigida por uma versão tida como verdadeira dos fatos: o *ORVIL*. Nesse enquadramento, práticas como monitoramento, tortura, assassinatos e outras violações de direitos humanos foram justificadas em nome da segurança nacional^{ix}. Para a elaboração do *ORVIL*, os relatórios do CIE serviram como fontes centrais, especialmente no que diz respeito à descrição de movimentos “subversivos”, a partir de informações obtidas por meio de atividades de monitoramento^x.

Posteriormente, com a abertura dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), os debates passaram a incluir ambas as vozes, de agentes repressivos e vítimas. Com resistência do setor militar, o *ORVIL* voltou a circular, influenciando e politizando uma nova extrema-direita, posteriormente vinculada ao bolsonarismo.

A utilização dessas fontes na produção do ORVIL, bem como sua mobilização no contexto da CNV, indica que as disputas não se encerraram com o fim da ditadura, mas se deslocaram para o campo da memória e da verdade, permanentemente tensionado por diferentes interpretações do passado e seus desdobramentos no presente. Nesse sentido, mais do que expressões de disputas políticas, os relatórios periódicos do Centro de Informações do Exército configuram-se como evidências de continuidades institucionais, políticas e simbólicas, marcando um dos períodos mais emblemáticos da história brasileira.

Notas

^I PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. **Agência Pública**, 30 ago. 2021. p. 8.

^{II} BRASIL. Relatório Periódico Mensal de 1988 / Centro de Informações do Exército.

^{III} BRASIL. Relatório Periódico Mensal de 1989 / Centro de Informações do Exército.

^{IV} Ibidem.

^V BRASIL. Relatório Periódico Mensal de 1988 / Centro de Informações do Exército.

^{VI} TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012. p. 264

^{VII} Ibidem.

^{VIII} Exército apura veracidade de plano atribuído ao CIE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1979, 1º caderno, p. 7.

^{IX} BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

^X Ibidem.

Fontes

Relatórios Periódicos Mensais do Centro de Informações do Exército (1985-1991).

Referências

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

Exército apura veracidade de plano atribuído ao CIE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1979, 1º caderno, p. 7.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018.

PEDRETTI, Lucas. Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. **Agência Pública**, 30 ago. 2021. p. 8.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.

Recebido em: 30/04/2026

Aceito em: 15/06/2026

Publicado em: 28/09/2026